

## **Perto de uns e longe de outros – Os territórios do lixo além do aglomerado urbano.**

Ninguém se pergunta para onde os lixeiros levam os seus carregamentos: para fora da cidade, sem dúvida; mas todos os anos a cidade se expande e os depósitos de lixo devem recuar para mais longe; [...]. Acrescente-se que, quanto mais Leônia se supera na arte de fabricar novos materiais, mais substanciosos torna-se o lixo, resistindo ao tempo, às intempéries, à fermentação e à combustão. É uma fortaleza de rebotalhos indestrutíveis que circunda Leônia, domina-a de todos os lados como uma cadeia de montanhas.

O resultado é o seguinte quanto mais Leônia expelle, mais coisas acumula; as escamas do seu passado se solidificam numa couraça impossível de se tirar; renovando-se todos os dias, a cidade conserva-se integralmente em sua única forma definitiva: o lixo de ontem que se junta ao lixo de anteontem e de todos os dias e anos e lustros. (Calvino, 2003, p.109) [grifo nosso]

Como os moradores da cidade de Leônia, os moradores do Rio de Janeiro sabem para onde levam os resíduos sólidos urbanos diariamente? A quantidade de resíduos produzida aumenta a cada ano, onde foram e onde são os territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro? Quais os impactos que esses territórios provocaram e ainda provocam ao ambiente, especialmente a Baía de Guanabara? Que precauções e medidas foram tomadas após o encerramento dos vazadouros de lixo? Tentaremos responder esses questionamentos.

Neste capítulo faremos um levantamento dos grandes territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro, espaços que denominamos territórios devido às complexas relações de apropriação e dominação existente. Daremos especial atenção ao processo de criação desses territórios, as áreas escolhidas, a relação da população com esse equipamento, aos problemas ambientais provocados, a reclamação da população do entorno enfim se esses territórios estavam inseridos em uma dinâmica de injustiça social.

Como é um tema extenso e com pouca informação disponível focamos somente em quatro vazadouros e adotamos como metodologia pesquisa em fontes secundárias como jornais, revistas e documentos oficiais e nos trabalhos produzidos por Gomes (1996), Aizen & Pechman (1985) e Eigenheer (1999).

A palavra território nos faz lembrar delimitação espacial, fronteira entre países, estados ou municípios, múltiplas escalas, representações espaciais. Ele pode ser abordado a partir das mais variadas concepções e é utilizado por várias áreas do conhecimento desde a Geografia, passando pela Sociologia, Antropologia, Psicologia até a Etologia. Haesbaert (2004, p.40) agrupou essas concepções em três vertentes básicas:

- política ( referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural ( muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicistas): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo.

Além das concepções apresentadas, a autor acrescentou uma categoria mais antiga, a naturalista que parte da ideia de um território baseado nas relações entre sociedade e natureza, referindo-se ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente. O autor demonstra, ao longo de sua obra, que esta divisão tem apenas um caráter didático porque a espacialidade é tão complexa que acaba por integrar mais de uma dessas dimensões. Para definir o conceito de território que será adotado neste trabalho, faremos uma análise do conjunto de perspectivas teóricas abordadas por Haesbaert (2004 e 2001) que traduz concepções diferentes, que se divide em três grupos: a materialista, a idealista e a integradora.

Na perspectiva materialista, o território está relacionado ao solo, à terra, podendo ser abordado sob três diferentes formas: a naturalista associada à territorialidade como instinto inclusive entre os seres humanos; a econômica vinculada fortemente a ideia de recurso; e a jurídico-política ao poder exercido pelo Estado sobre um território delimitado. Todas estas concepções têm em comum a ideia de território como espaço físico.

Na perspectiva idealista, o território está vinculado à representação, ao valor simbólico. O território não está vinculado somente às características físicas, pois entre o meio e a atividade humana há uma carga de valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos sem os quais a explicação do meio será somente parcial. Esta forma de análise compreende ser o território base fundamental para a construção de identidades, estando vinculada ao ser e não ao ter, ou às funções do território.

Na perspectiva integradora, o território só pode ser concebido de forma integrada entre as diferentes dimensões sociais – econômica, política, cultural e natural. Ele não seria encarado de uma forma “total”, pois seria difícil encontrar um espaço que abordasse todas as dimensões, mas podemos trabalhar com a

ideia de um território articulado/conectado, um espaço que consiga integrar a vida econômica, cultural e política.

Há duas características que perpassa todas as perspectivas do conceito de território. A primeira é a necessidade de contextualização histórica, pois a forma de se relacionar com o território modifica-se de acordo com cada momento histórico. A segunda está relacionada à ideia de poder, utilizada em seu sentido amplo ligado as esferas política, simbólica e econômica. Souza (2003, p.78) também utiliza o conceito de território dando ênfase ao poder, definindo território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Haesbaert (2004) e Souza (2003) demonstram que o conceito de poder pode incorporar múltiplas dimensões e é importante para delimitar e compreender os territórios. Incorporando a dimensão do poder e apoiado na distinção entre dominação e apropriação do espaço de Lefebvre, Haesbaert (2004, p.93) propõe:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar (e político-econômico, deveríamos acrescentar): a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

A partir dessa perspectiva, o território através das relações de dominação está vinculado ao espaço físico, às transformações técnicas sobre a natureza, podendo ser exercidas pelo Estado ou qualquer outra instituição estabelecida. Já o território relacionado à apropriação está vinculado às necessidades da coletividade, a construção de valores simbólicos que servem de base para a criação de identidades. Estas duas categorias deveriam estar sempre juntas, mas a história da acumulação e expansão capitalista faz com que a dominação triunfe. Dependendo do grupo social analisado, o território pode desempenhar múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica. (Haesbaert, 2004)

Em suma, o território pode assumir as mais variadas escalas e compor o mais variado quadro teórico. Para os objetivos deste trabalho, utilizaremos as abordagens de Haesbaert (2004) na sua concepção relacional de território vinculado às ideias de apropriação e de dominação por acreditarmos que esta abordagem seja capaz de dar conta da complexidade simbólica, econômica e cultural dos vazadouros de resíduos sólidos urbanos, principalmente no período atual.

As variadas concepções de território também permite o desenvolvimento de uma multiplicidade de enfoques sobre a desterritorialização. No final do século XX todas as mudanças econômicas, políticas, tecnológicas e sociais levaram a construção de inúmeras teorias sobre os fins, propagou-se o fim da modernidade, o fim do Estado, o fim da história, o fim do socialismo e tantos outros existentes nesse período (Haesbaert, 2001). Neste trabalho serão abordados os territórios do lixo e a territorialização dos catadores, como os territórios do lixo não são estáticos e imutáveis os catadores passarão por processos concomitantes de desterritorialização e de reterritorialização a cada mudança dos vazadouros de resíduos sólidos urbanos.

Múltiplas são as concepções formuladas sobre desterritorialização sempre a partir do tipo de território compreendido. Como a concepção de território adotada neste trabalho está relacionada a efetiva apropriação e dominação do espaço é a partir desta concepção que entendemos o processo de desterritorialização como:

[...] perda de acesso a terra, terra vista não só no seu papel de reprodução material, num sentido físico, mas também como *locus* de apropriação simbólica. [...] Embora privilegiemos uma noção de território que vincula indissociavelmente as dinâmicas política e cultural, os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina os poderes políticos e condiciona ( quando não direciona) a re-formulação de muitas estratégias indenitárias (Haesbaert, 2001, p.1773).

A construção e encerramento de territórios do lixo estão subordinados a dinâmica econômica que condicionou e reformulou a relação dos catadores com esses espaços. Os territórios do lixo que foram criados ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro envolvem uma dimensão concreta de dominação por serem espaços delimitados e criados a partir das relações políticas de poder e uma dimensão simbólica relacionada à modernização da nossa sociedade e à construção da ideia de 'resto', 'algo que sobra' e não tem mais valor de uso para um determinado grupo. A esses 'restos' que denominamos de lixo é direcionada uma carga ideológica de nojo, horror e afastamento. Esses valores são transferidos para o local onde os resíduos são depositados e para toda a população que com ele trabalha, principalmente para os catadores.

Outra relação que queremos destacar é a de apropriação através do uso pelos trabalhadores que convivem diretamente com o lixo e exercem relações de poder construídas simbolicamente sobre esses territórios. Eles vivenciam e constroem seus laços de amizade, sua vida econômica em cima do lixo e até há

os que constroem sua identidade profissional<sup>19</sup>, estamos nos referindo aos ‘catadores de lixo<sup>20</sup>’, por isso que a cada destruição de um território ocorrerá sempre, de algum modo, a sua reconstrução em novas bases, pois o homem não pode viver sem território (Haesbaert, 2004).

O caráter político e simbólico desse território e a concepção de espaço aqui utilizada, nos ajudam a compreender os critérios utilizados para a escolha da localização de um vazadouro de resíduos sólidos urbanos. Como a criação dos vazadouros é de responsabilidade da prefeitura, sua decisão irá refletir a formação econômico-social, ou seja, se estamos em uma sociedade hierárquica baseada em relações sociais capitalistas, a localização dos vazadouros ou qualquer outro equipamento seguirá essa lógica. A localização desses equipamentos irá beneficiar uma parcela da população, pois “na teoria locacional sabemos que as forças que governam a localização do ponto de vista do produto não são necessariamente benéficas, quando analisadas do ponto de vista do consumidor” (Harvey, 1980, p.57), expondo a outra parcela aos aspectos negativos desse equipamento. Essa lógica levou a criação de verdadeiras “zonas de sacrifício<sup>21</sup>” – que são áreas habitadas por uma população de baixa renda com pouco poder de reivindicação e serviços urbanos escassos - nos subúrbios e periferia.

Toda mudança na forma espacial irá carregar consigo um preço na acessibilidade e na proximidade dos recursos, sejam eles produzidos pelo homem ou disponibilizados pela natureza. Todo recurso pode gerar certos efeitos denominados de ‘exteriorizações’, ‘efeitos de transbordo’ ou ‘efeitos de terceira ordem’ assim denominados por Harvey a partir do trabalho de Mishan (1980, p.46):

Diz-se que efeitos externos ocorrem quando efeitos relevantes de produção e bem-estar são inteiramente ou parcialmente gratuitos. Estando fora do sistema de preços, tais efeitos são algumas vezes considerados como produtos adicionais, desejados ou não, das atividades de outras pessoas que imediatamente ou indiretamente afetam o bem-estar dos indivíduos.

As exteriorizações produzidas por uma decisão quanto a localização de equipamentos urbanos podem ser negativas para um grupo e positiva para outro, a decisão não está na mão da sociedade como um todo. De acordo com

---

<sup>19</sup> Quando falamos de identidade profissional nos referimos especificamente aos catadores.

<sup>20</sup> Durante muito tempo esses trabalhadores foram chamados de catadores de lixo, nos últimos anos com sua organização, maior esclarecimento de seu trabalho e luta por reconhecimento não cabe mais essa denominação, devemos chamá-los de catadores de material reciclável.

<sup>21</sup> Este termo foi utilizado por Acselrad (2004) para denominar as áreas em que ocorrem conflitos em decorrência da instalação de equipamentos poluidores.

Santos (2008), as ações que vão influenciar e organizar o espaço urbano não são tomadas pelo homem comum, e sim pelo que o autor denomina de 'grandes decididores', agentes que escolhem o que vai ser difundido, o que vai se realizar em outros lugares. Isto irá criar uma situação de alienação local, pois

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de uma distinção entre a escala da realização das ações e a escala de seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem sobre um lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto específico da superfície da Terra. (Santos, 2008, p. 80)

Os territórios do lixo são espaços demarcados pelos agentes econômicos e políticos – os grandes decididores - que geram produtos adicionais não desejados que afetam diretamente a população do entorno ou que trabalha diretamente com ele. Foram criados ao longo da história territórios do lixo de pequeno e de grande porte espalhados por toda a cidade que tinham como objetivo receber os refugos da sociedade industrial. Nossa sociedade à medida que criou novos tipos de materiais gerou montanhas de resíduos que são difíceis de dar destinação.

Nos subcapítulos que seguem fizemos um levantamento dos principais territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro, sua localização, as discussões políticas em torno da criação e encerramento, e as exteriorizações negativas que causaram.

### 3.1

#### **Ilha de Sapucaia – A solução que virou problema.**

O primeiro grande território do lixo distante do núcleo central da cidade foi o vazadouro da Ilha de Sapucaia, criado em 1865. A ilha tinha 440.000 metros quadrados estava localizada na Baía de Guanabara ( ver mapa p. 56) e foi considerada a grande solução para os problemas com o lixo, principalmente após o crescimento população em 1870. Mesmo sendo a primeira, e aparentemente eficaz solução para o lixo, os problemas na cidade continuavam porque as pessoas ainda faziam o despejo aleatório dos resíduos, e quando o mau tempo e as ressacas na Baía de Guanabara não permitiam o transporte dos resíduos para o vazadouro na ilha eles eram amontoados nos armazéns e nas pontes espalhadas pela cidade. Por isso foram mantidos ou criados vazadouros

pela cidade, tanto nos subúrbios como na zona sul da cidade. Quando o lixo não podia ser transportado para a Ilha de Sapucaia era removido para terrenos dos bairros de Botafogo, São Cristóvão e Lagoa. Gomes (1996, p.47) relata que havia várias reclamações da população e dos médicos higienistas nos jornais da época contra esses aterros e as péssimas condições de higiene das pontes. Na década de 1920, Botafogo e Lagoa são completamente incorporados à área nobre da cidade, sendo os vazadouros e as pontes que ai existia foram desativadas, pois essas áreas entraram em processo de intensa especulação imobiliária.

O transporte dos resíduos sólidos urbanos para o vazadouro localizado na Ilha de Sapucaia era feito através de saveiros. Os resíduos eram levados pelas carroças da limpeza pública ou por carroças particulares para as pontes espalhadas pela cidade depois eram despejados em Saveiros que transportavam o material até o vazadouro. As pontes foram construídas em vários bairros, mas com o passar do tempo e a valorização de alguns bairros elas foram sendo reduzidas e na década de 1920 só existiam três pontes: uma em Botafogo, outra em São Cristóvão e ainda uma na Gamboa ( Gomes, 1996). As Fotos 2 e 3 retratam como era o transbordo do lixo nessas pontes.

Foto 2 - Ponte de descarga de resíduos em São Cristóvão, 1928.



Fonte: Augusto Malta, Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, 1928.

Foto 3 \_ Ponte de descarga de resíduos em Botafogo, 1928.



Fonte: Augusto Malta, Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, 1928.

Nas Fotos 2 e 3 podemos perceber como essa operação era pouco eficiente. Os resíduos eram jogados dentro dos Saveiros e caía sobre as pontes e no mar deixando esses espaços sujos e mau cheirosos. Segundo Gomes (1999) a sujeira das pontes e das praias, o mau cheiro causado pelo congestionamento de carroças e pela falta de limpeza das pontes era constantemente alvo de reclamações dos moradores e dos higienistas. À medida que o número de habitantes na cidade aumentava essa situação se agravava.

A (re) produção espacial da cidade exigia a expansão e reformulação dos serviços de limpeza urbana, mas isso não ocorreu. Os subúrbios que já eram carentes desses serviços tiveram sua situação agravada com a proliferação dos vazadouros clandestinos. O crescimento de territórios do lixo nos subúrbios refletia o desequilíbrio na forma espacial da cidade e a atuação do poder público que privilegiava algumas áreas. Na zona sul, em parte da zona norte e no centro do Rio de Janeiro, os resíduos eram coletados de forma regular e destinado ao vazadouro da Ilha de Sapucaia, já nos subúrbios não havia coleta regular e a disposição final era feita pelos moradores em terrenos na própria área suburbana. Com essa dinâmica foram criados territórios do lixo em Benfica, Manguinhos, Cascadura e Olaria, cujos despejos não podem ser desprezados, pois era um volume significativo. Em 1927, das 291.051 toneladas de resíduos sólidos urbanos coletados, 42.212 foram depositadas nos subúrbios, esse valor

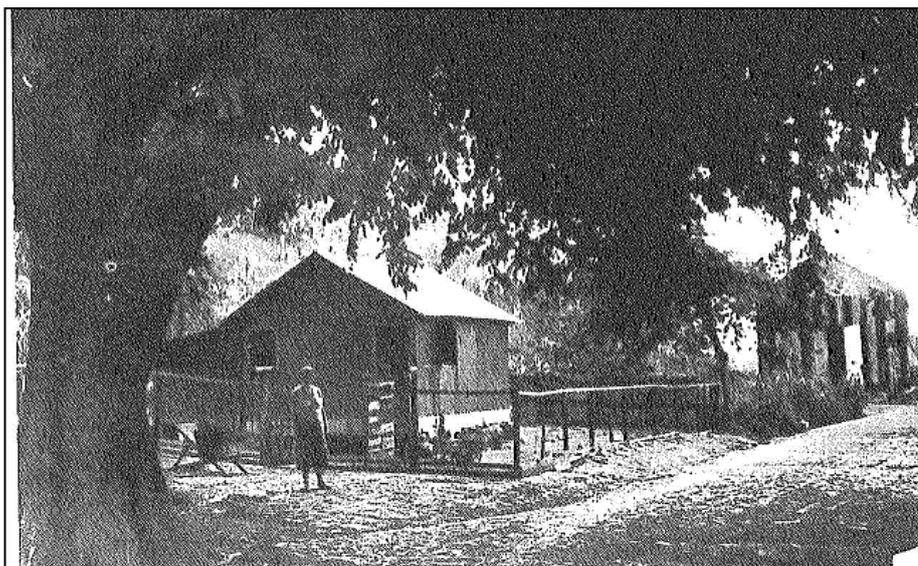
é ainda maior se levarmos em consideração os resíduos que não eram coletados pela limpeza pública. A falta de atuação da Limpeza Pública nos subúrbios é comprovada na passagem abaixo:

[...] a área abrangida pela Limpeza Pública é uma extensão enorme, seus pontos terminais são: Raiz da Serra da Tijuca, Gávea, Ponta do Caju, abrangendo Benfica e toda a zona do Engenho Novo. Fica de fora ainda, uma grande parte da cidade que não tem serviço de limpeza pública, o que dá lugar a constantes reclamações. Nesta grande área (dos subúrbios) abrem-se diariamente novas ruas, onde esta Inspetoria é obrigada a fazer o serviço. (Gomes, 1999, p. 43)

À medida que o volume de resíduos produzidos pela população crescia novas propostas eram apresentadas como: a incineração que teve grande destaque nas propostas para a disposição final dos resíduos no final do século XIX até meados do século XX, como um dos resultados dessa discussão foi construído um grande forno incinerador, o Forno de Manguinhos, que funcionou de 1896 até 1915; a utilização industrial do lixo na produção de adubo e de energia elétrica através da combustão dos resíduos; e até propostas de venda do material que pudesse ser reaproveitado.

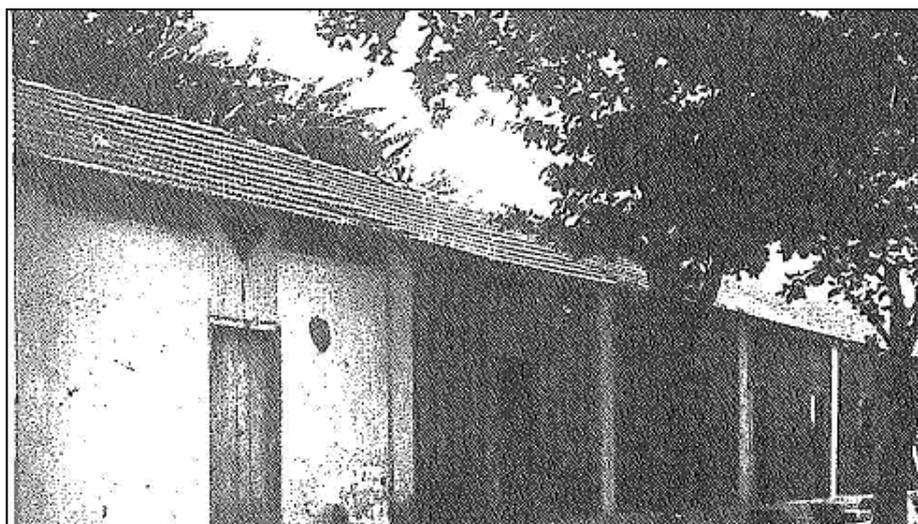
Apesar das variadas propostas a grande solução para os resíduos produzidos pela população continuava sendo o despejo no vazadouro da Ilha de Sapucaia. Na ilha foi organizada uma estrutura para receber os resíduos e abrigar os trabalhadores que atuavam no transbordo do lixo. De acordo com o Jornal Correio da Manhã (1932, 20 de Fevereiro, s/p), existiam 400 trabalhadores que residiam na ilha e trabalhava no transbordo dos resíduos, parte da ilha estava reservada para a moradia e tinha uma pequena infraestrutura que atendia as necessidades básicas da população residente como luz, água, uma área reservada para horta onde era cultivado pelos moradores verduras e legumes para consumo próprio e um armazém que supria os trabalhadores com todo o tipo de produtos. Parte da ilha que estava reservada para moradia era equipara com alguma estrutura, mas faltava serviços básicos como uma enfermaria e escolas, tendo as crianças e os doentes de ir para a praia do Retiro Saudoso ( ponta do Caju) buscar atendimento. As fotos 4 e 5 nos mostram um ambiente simples parecido como uma vida no campo, áreas limpas e bem organizadas, com locais separados para os casados e para os solteiros. Este ambiente em nada lembrava um vazadouro de resíduos.

Foto 4- Residência dos trabalhadores casados na Ilha de Sapucaia, 1932.



Fonte: Correio da Manhã, 20 de Fevereiro de 1932, s/p.

Foto 5- Alojamento dos solteiros na Ilha de Sapucaia, 1932.



Fonte: Correio da Manhã, 20 de Fevereiro de 1932, s/p.

O trabalho no vazadouro da Ilha de Sapucaia era árduo e executado por imigrantes estrangeiros portugueses e espanhóis que não saiam da ilha para nada, alguns nem conheciam a cidade do Rio de Janeiro. O trabalho com o lixo começava às cinco horas da manhã e ia até às cinco horas da tarde todos os dias inclusive nos fins de semana. Os funcionários do vazadouro trabalhavam na remoção e espalhamento dos resíduos e também usufruíam de materiais encontrados no lixo. Além dos funcionários, o primeiro grande território do lixo da cidade do Rio de Janeiro já contava com o trabalho de catadores, que eram conhecidos como 'profissionais da catagem' pois remexiam todo o resíduo e recolhiam material para vender. Esses profissionais só podiam atuar mediante

contrato com a prefeitura. A reportagem do Jornal Correio da Manhã (1932, 20 de Fevereiro, s/p) nos esclarece um pouco sobre como era o trabalho no vazadouro.

[...] Fomos ao alojamento. Simples e divertido. Mas de cem camas todas feitas e limpas. O curioso é que, pelas paredes, pelos cantos, sob as camas, se vê toda uma infinidade de botas, sapatos, botinas, roupas, arreios, relógios, anéis, talheres, tesouras, tudo achado no lixo.

[...]

Vê aqueles homens? –fez o funcionário que nos acompanhava. E explicou:

- Trabalham na “catagem”.

- Catagem?

- Sim: é a collecta do que, embora jogado fora, possa, para eles, expressar valor.

Apanham tudo e revendem depois. Aqui quase nada se perde. Todo o pedaço de papel é recolhido a um canto. Os cacos de vidro de outro. Garrafas e frascos, a um terceiro. Assim vão juntando desde o chumbo às roupas mais ou menos conservadas. Esses homens tem contratos com a Prefeitura. Collectam o que podem vendem para terceiros.

São eles que primeiro revolvem o lixo. Por isso mesmo, a coisa, para os homens da ilha já não rende tanto.

Os profissionais da “catagem” deixam pouco. Têm olhos de lince.[...]

Os trabalhadores de Sapucaia e suas famílias mantinham uma relação de apropriação sobre esse espaço, pois nele habitam, trabalhavam e mantinham suas relações de amizade. Esse território do lixo causava inúmeros transtornos para a Baía de Guanabara, pois como o volume de resíduos era muito grande os limites do vazadouro não suportavam e parte do lixo transbordava para o mar como mostra a foto 6. Todo o entorno do vazadouro estava assoreada de tal forma que mesmo embarcações de pequeno porte tinham dificuldade de navegar, a quantidade de lixo no mar era tão grande que na maré baixa podia-se ir a pé para a Ilha de Bom Jesus, próximo a Ilha Sapucaia (ver mapa 1, p.56). Nos jornais, o vazadouro era descrito como ‘um chapéu de abas confortavelmente prolongada sobre as águas’ (Aizen & Pechman, 1985).

A população dos bairros próximos, principalmente a Ponta do Caju, distante 800 metros da ilha, reclamavam constantemente da grande quantidade de urubus, mau cheiro e a fumaça constante. A imensa quantidade de urubus era atraída pelo grande número de animais<sup>22</sup> mortos, eles ajudavam a espalhar ainda mais os resíduos pela baía que acabava sendo depositado nas praias.

---

22 Nesse período, grande parte do transporte da cidade, principalmente os carros da limpeza urbana, ainda era feito por animais. Por causa do trabalho árduo a vida desses animais era muito curta e eles acabavam tendo como destino final a Ilha de Sapucaia.

Foto 6 – Vista da Ilha de Sapucaia em 1932.



Fonte: Correio da Manhã, 20 de Fevereiro de 1932, s/p.

Devido a esses transtornos, a Câmara Municipal começou a pensar em uma alternativa. Em 1930 é publicado o Plano Agache<sup>23</sup>, um plano urbanístico da cidade do Rio de Janeiro que abordava vários problemas da cidade, inclusive a disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Agache condenava a disposição final no vazadouro da Ilha de Sapucaia porque a ilha estava muito próxima ao bairro do Caju, que já era um bairro industrializado e com grande número de população. Como a operação de transbordo dos resíduos para o vazadouro causava muitos problemas, o urbanista propôs que fosse separado nas residências, o material úmido que seria descartado através do esgoto e o material mineral seria depositado próximo à aglomeração, em terrenos pantanosos e baixos servindo como de aterro para essas áreas. Esse plano era inovador, mas o destino final continuou a ser os aterros e o mar (Gomes, 1999).

O Plano Agache nunca chegou a ser implantado em sua totalidade, ele era muito inovador para o período e exigia um investimento financeiro que não era possível naquele momento. Enquanto não se chegava a uma conclusão quanto à nova área para o despejo dos resíduos urbanos, as áreas suburbanas cresciam. De 1906 até 1940 houve uma expansão de indústrias na freguesia de São Cristóvão que estava próxima ao porto, todavia a existência de terrenos baratos nas áreas próximas as ferrovias levou muitas fábricas a optar por uma localização suburbana. Dessa forma, o número de habitantes nos subúrbios cresceu muito, algumas freguesias como de Irajá e Inhaúma chegaram a ter um crescimento de mais de 100 % nesse período. Todo esse crescimento ocorreu

<sup>23</sup> Em 1927, o prefeito Antônio Prado Junior convidou o urbanista francês Alfred Agache para elaborar um plano urbanístico para a cidade.

sem praticamente nenhuma intervenção do Estado que estava muito voltado para o embelezamento do centro e da zona sul, e praticamente nada fazia pelo subúrbio como nos mostra Abreu ( 1987b, p. 82)

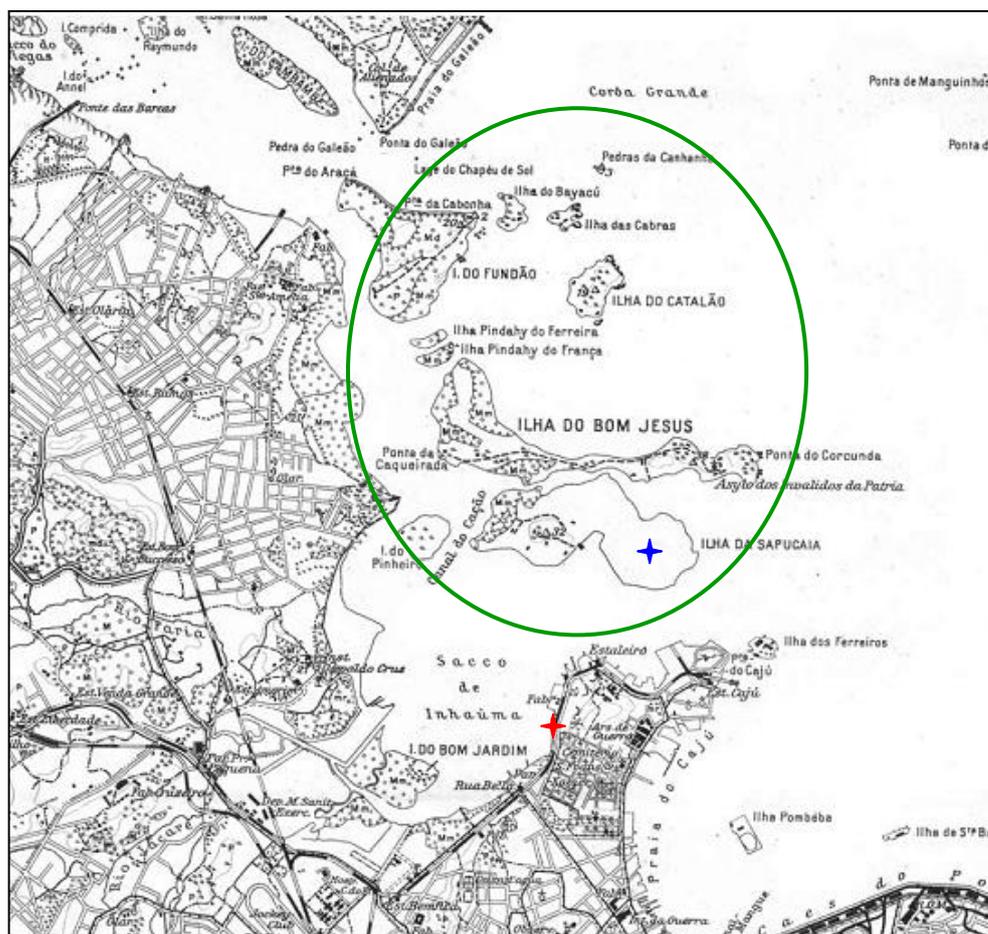
O período de 1906-1930 caracterizou-se pela expansão notável do tecido urbano do Rio de Janeiro, processo esse que se efetuou de maneira distinta ao que no que se refere aos dois grandes vetores de crescimento da cidade. De um lado, a ocupação das zonas sul e norte pela classe média e alta intensificou-se, e foi comandada, em grande parte, pelo Estado e pelas companhias concessionárias de serviços públicos. De outro, os subúrbios cariocas e fluminenses cada vez mais se solidificaram como local de residência do proletariado que, para aí se dirigiu em números crescentes. Ao contrário da área nobre, entretanto, a ocupação suburbana se realizou praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando daí uma paisagem caracterizada principalmente pela ausência de benefícios urbanísticos.

O grande incremento populacional e a expansão do tecido urbano aumentaram a demanda por limpeza e o vazadouro da Ilha de Sapucaia já estava saturado. No mesmo período em que este vazadouro vira alvo de críticas surge no cenário carioca outra discussão, a localização da Cidade Universitária que concentraria todas as unidades da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após várias sugestões, o governo decidiu pela localização em um aterro que abrigaria várias ilhas da Baía de Guanabara. Para construção da Cidade Universitária fora unidas oito ilhas: Fundão, Pindaí do Ferreiro, Pindaí do França, Bom Jesus, Baiacu, Catalão, Cabras e a Ilha de Sapucaia, conforme mapa 1 (p.56).

Somente em 1940 é dado o 'xeque-mate' ao vazadouro da Ilha de Sapucaia. Nesse ano o Prefeito Henrique Dodsworth promoveu grande reforma nos serviços de limpeza urbana e encerrou o despejo de resíduos no vazadouro da Ilha de Sapucaia e novo vazadouro na Praia do Retiro Saudoso e Parada do Amorim na ponta do Caju, esse local ficou conhecido como o Aterro do Caju. Em 1949 conclui-se a união das ilhas que deram origem a Cidade Universitária. O local onde estava localizado o vazadouro ficou reservado para a Vila Universitária em decorrência da má qualidade do terreno e impossibilidade de construir prédios. Parte dos funcionários do vazadouro trabalhou nas obras da Cidade Universitária e tornaram-se habitantes da Vila Universitária.

Sobre os catadores que atuavam no vazadouro não encontramos mais nenhuma informação sobre eles, mas devido à proximidade da Ilha de Sapucaia e do Aterro do Caju acreditamos que esses trabalhadores passaram a atuar no novo aterro.

Mapa 1 – Mapa topográfico da região da Ilha do Fundão em 1922.



Fonte: Jornal da UFRJ, Abril, 2007

**Legenda:**

- ✦ Ilha de Sapucaia – Território do lixo de 1865 até 1940.
- ✦ Aterro do Caju – Território do lixo de 1940 até 1970.
- Conjunto de ilhas que foram aterradas dando origem à Cidade Universitária.

### 3.2

#### O Aterro<sup>24</sup> do Caju

O novo território do lixo passou a ser a Praia do Retiro Saudoso e a Parada do Amorim, que ficou conhecido como Aterro do Caju por se localizar na Ponta do Caju (ver mapa 1, p. 56). Essa escolha desconsiderou completamente

<sup>24</sup> Nesse momento passa-se a utilizar a denominação aterro pois já existia a ideia de aterro sanitário. A filosofia é a mesma, colocação de uma manta protetora no solo, a criação de células de depósito e cobertura com argila. Essas práticas nunca foram executadas nos aterros da cidade do Rio de Janeiro.

o fluxo de crescimento da cidade. A ponta do Caju fazia parte da freguesia de São Cristóvão que desde o final do século XIX vinha apresentando grande crescimento populacional e de indústrias devido à proximidade do cais do porto, da linha férrea a disponibilidade de infraestrutura. Pela sua densidade ocupacional e importância econômica, o arquiteto Alfred Agache já havia criticado o fato dessa região fazer parte do transbordo dos resíduos para o vazadouro na Ilha de Sapucaia e agora, ironicamente, passa a receber todo o resíduo produzido na cidade.

A organização espacial está subordinada às ações e realizações de propósitos que não são demandas da população local. O espaço utilizado como instrumento político e econômico aumenta a distinção entre a escala de realização e a escala do comando das ações é essa distinção que explica a localização de um grande vazadouro de resíduos sólidos urbanos em um dos bairros que mais crescia na cidade no final da primeira metade de do século XX.

Esse foi o principal território do lixo da cidade do período de 1940 até 1970. O processo adotado para a disposição dos resíduos nesse local consistia no espalhamento dos dejetos, que eram cobertos por uma camada de barro e areia para evitar a proliferação de moscas e a exalação de mau cheiro. Nos primeiros anos de utilização desse aterro argumentava-se que ele era benéfico porque ajudava a conquista de terreno útil sobre áreas pantanosas (Gomes,1996). O lixo ainda era utilizado como aterro causando grandes problemas para a Baía de Guanabara. Os funcionários da limpeza urbana não residiam no local, os trabalhadores iam e voltavam para o aterro do Caju todos os dias.

A localização desse aterro demonstra que a organização dos efeitos externos negativos é uma fonte de desigualdade de renda, e reforça a estratificação espacial e ainda pode provocar sérios danos ambientais. Como podemos perceber na foto 7, esse novo território do lixo foi criado em uma área de população majoritariamente proletária, densamente ocupada e às margens de uma praia que foi completamente poluída e assoreada. O poder sobre a decisão locacional fez com que a população dessa região fosse obrigada a conviver com os transtornos causados pelo mau cheiro, fumaça constante e proliferação de vetores.

Foto 7\_ Descarga dos resíduos na Praia do Retiro Saudoso, 1962.



Fonte: Augusto Malta, Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, 1962.

Nesse momento o despejo do lixo já era feito por caminhões e também por alguns bondes. Os bondes de lixo (foto 8) foram adquiridos em 1948 e faziam a coleta dos resíduos do bairro de Botafogo ao bairro do Leblon. Em oposição ao moderno sistema de coleta na zona sul, nos subúrbios a coleta ainda era feita por carroças, sistema ineficiente e sujo que só será substituído na década de 1960.

Foto 8 - Bonde de lixo descarregando no Aterro do Caju, 1945.



Fonte: Augusto Malta, Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, 1945

Além desse grande território do lixo existiam vários pequenos vazadouros espalhados pela cidade. À medida que os subúrbios cresciam e a limpeza urbana não era estruturada para acompanhar esse crescimento proliferava pela cidade pequenos vazadouros oficiais e clandestinos. Os jornais se referiam a esses aterros como ‘as inúmeras Sapucaias espalhadas pela cidade’. Apesar dos incontáveis problemas que causavam as autoridades diziam que eram benéficos porque ajudavam a aterrar áreas pantanosas e que precisavam de nivelamento. A bibliografia disponível tem pouca informação sobre os aterros irregulares, sabemos através de Gomes (1999, p.59) que:

(...) que o Departamento de Limpeza Urbana utilizava, na década de 1940: um aterro na atual Avenida dos Democráticos ( altura de Maria da Graça), outro na Rua da Alegria ( rua Olímpio de Melo, que cruza os bairros de São Cristóvão e Benfica), outro na Penha (Rua Patagônia), e outros também em Cavalcanti e Marechal Hermes.

Em 1967 o aterro do Caju já tinha um milhão de metros quadrados e ocupava trechos da Baía de Guanabara. O despejo do lixo nas áreas alagadas, e praticamente dentro da baía provocou o assoreamento de várias praias e do Canal do Cunha, causando prejuízos e transtornos, quando chovia a cidade era constantemente alagada. Além disso, poluiu e destruiu completamente as áreas de manguezal e contaminou rios e lençóis freáticos.

Foi a partir do Aterro do Caju que imagem dos “ catadores de lixo <sup>25</sup>” tornou-se popular na cidade, apesar desse tipo de trabalho existir na cidade do Rio de Janeiro desde o século XIX. Essa atividade já existia em 1875 com os carroceiros, esses trabalhadores que faziam a remoção do lixo das residências “durante a noite, guardavam as carroças cheias de lixo e imundícies para separarem os panos sujos, papéis e outros objetos [...] de onde eram removidos para alguns estabelecimentos de indústria” (Aizen & Pechman, 1985, p.52), sendo eles no Rio de Janeiro os primeiros catadores de lixo. Esse trabalho continuou no vazadouro da Ilha de Sapucaia só que oficializado pela prefeitura. Não existem registros, mas acreditamos que os catadores que atuavam no vazadouro da Ilha de Sapucaia também trabalharam no Aterro do Caju.

É a partir da década de 1960 que a figura do catador torna-se marcante na paisagem por vários motivos. O primeiro está relacionado ao momento econômico por qual passava o Brasil nos anos de 1970, o denominado milagre econômico que levou a uma intensificação do processo de concentração de renda, resultando em mudanças de hábitos, principalmente da classe média que

---

<sup>25</sup> Nome que esses trabalhadores recebiam nesse período. Eles são reconhecidos por essa denominação até os dias atuais.

passou a consumir mais. O segundo está diretamente relacionado ao desenvolvimento técnico e a criação de novos produtos como o plástico fazendo crescer o volume de materiais com potencial para reciclagem, e o terceiro foi o aprofundamento da desigualdade social na década de 1970, momento de baixos salários e de desemprego que levou a população de baixa renda a buscar o trabalho no lixo como uma alternativa para o desemprego, ou para complementar sua renda. Todos esses acontecimentos contribuíram para o aumento do número de catadores que a partir desse momento passaram a acompanhar todos os aterros da cidade <sup>26</sup>.

No Aterro do Caju existiam muitos catadores que trabalhavam e residiam no aterro e nas favelas que foram sendo construídas no seu entorno. Para os trabalhadores esse território tinha uma função de recurso, abrigo e uma dimensão simbólica por ser neste espaço que estabeleciam seus laços afetivos. As condições de pobreza em que viviam alguns desses trabalhadores eram tão terríveis que alguns remexiam no lixo também para comer como relata a entrevista com Dona Socorro “ as pessoas vinham catar lixo aqui, dia e noite. Cada caminhão que chegava era uma guerra. Eu mesma catei muita comida, até carne. A gente lavava, fervia e aí depois preparava e comia. Viúva, foi assim que criei meus cinco filhos” (Viva Favela, 2004). Além dos catadores outros trabalhadores foram morar nas favelas no entorno do aterro por causa de sua proximidade com a área central e a zona sul da cidade.

Na década de 1970 com o Aterro do Caju saturado, o sistema de limpeza urbana da cidade passa por mais uma crise e é necessário buscar uma nova área. Essa tarefa tornava-se mais árdua, pois a quase que completa transformação do município em área urbana e as dificuldades e custos do transporte dos resíduos faziam com que as áreas disponíveis ficassem cada vez mais escassas.

A nova área encontrada foi o Aterro das Missões que passou a funcionar a partir de 1970. Mesmo com o funcionamento desse novo vazadouro o aterro do Caju continuou recebendo resíduos até a década de 1980. Na década de 1970 o bairro do Caju foi densamente ocupado por causa da instalação de indústrias e estaleiros na ponta do Caju. Como não havia muito controle sobre a área do aterro do Caju a região foi completamente ocupada por moradias sendo

---

<sup>26</sup> Podemos fazer tal afirmação, pois em entrevistas realizadas com catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho no ano de 2005 e 2011 conhecemos alguns trabalhadores que ‘acompanharam’ os aterros da cidade desde a década de 1940.

criada a comunidade Parque Boa Esperança e, posteriormente, na área do antigo aterro foi criada a Estação de Transferência do Caju<sup>27</sup>.

Não encontramos registros sobre medidas compensatórias criadas pela prefeitura para a população do bairro, como resultado os moradores da comunidade Parque Boa Esperança relatam vários acidentes que já aconteceram na comunidade devido à instabilidade do terreno que é composto de resíduos que estão em decomposição e que provocam o rebaixamento do terreno. Na entrevista os moradores relatam os problemas que enfrentam:

[...] Mais havia ainda o risco de deslizamentos “Devido à existência do aterro sanitário e por se tratar de uma área de mangue, o terreno não é muito consolidado. As casas precisam ter uma sapata bem profunda senão caem. Foi o que aconteceu em 1986. O terreno cedeu, destruindo 300 casas”, conta Pascoal.

“Em 1992, na mesma área, houve outra ruptura no solo. Só não aconteceu nada porque as novas casas não foram construídas no mesmo lugar. Mesmo assim, as moradias mais próximas exibem rachaduras até hoje”, explica.

Segundo Pascoal, na ocasião, a Defesa Civil foi acionada e atestou que o terreno não tinha estabilidade, que era preciso esperar o solo se acomodar. “Ninguém se mudou por não ter para onde ir. Mas o terreno continua cedendo. Desceu um palmo em 20 anos”, diz o presidente da associação de moradores.

“O lixão hoje é uma cidade e imagino que tem gente até com inveja de morar aqui. Tudo mudou muito. Lixo agora só na usina de reciclagem da Comlurb, que funciona numa parte do antigo lixão”, fala Socorro. [...] (Viva Favela, 2004)

Mais de 40 anos depois de sua desativação as pessoas ainda vivem problemas por causa da presença do aterro. Os usos sujos que foram jogados para as áreas mais carentes permanecem interferindo na qualidade de vida das pessoas mesmo depois de serem desativados.

É a partir desse aterro que podemos registrar a dinâmica territorial dos catadores. Os catadores que atuam no Aterro do Caju passaram por um processo de desterritorialização com o encerramento de suas atividades e se reterritorializaram no novo território do lixo que passou a ser o Aterro das Missões. Esta dinâmica reforça o argumento de Haesbaert (2011) de que o olhar geográfico multiescalar é indispensável para entender a desterritorialização, pois o que em um nível escalar é percebido como processo desterritorializador em outro nível pode ser visto como reterritorializador.

<sup>27</sup> É uma unidade sobre a responsabilidade da Comlurb que recebe os resíduos provenientes dos caminhões compactadores oriundos da Zona Sul e do Centro. Nesta unidade os resíduos são transferidos para caminhões de maior capacidade e encaminhados para o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

### 3.3

#### **O aterro das Missões**

Em 1970, a cidade do Rio de Janeiro tem um novo território do lixo. Foi criado o Aterro das Missões, localizado no Km 0 da Rodovia Washington Luiz (Rio-Petrópolis). Este aterro recebia a maior parte do lixo coletado na cidade junto com mais quatro aterros – Acari, Bangu, Jacarepaguá e Caju<sup>28</sup>.

O aterro das Missões, assim como os outros aterros de grande porte, situava-se às margens da Baía de Guanabara e esse era muito próximo ao aeroporto do Galeão (ver imagem 1, p.71). A cidade já seguia algumas orientações de aterro como cobrir o lixo, só que muitas vezes isso não era cumprindo e essa área ficava repleta de urubus que começaram a atrapalhar o tráfego de aviões podendo causar acidentes. Como causava problemas para o tráfego aéreo foi desativado em 1978, após muita pressão exercida pelo Ministério da Aeronáutica.

Mesmo tendo funcionado durante curto período de tempo esse aterro teve intenso trabalho dos catadores que desterritorializados do Aterro do Caju se reterritorializaram nesse aterro. Não encontramos nenhum registro em jornais ou livros sobre a atuação dos catadores, mas em nossos trabalhos de campo conhecemos alguns catadores que trabalharam no aterro das Missões.

Esse aterro ficava próximo a bairros pobres e já consolidados como Parada de Lucas, Cordovil e Penha. O Aterro das Missões foi o último grande território do lixo na cidade do Rio de Janeiro, a partir desse momento, a maior parte dos resíduos produzidos na cidade passara serem jogados em um município vizinho. Como estávamos no período da ditadura militar a escolha de uma nova área foi ainda mais arbitrária.

### 3.4

#### **O Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho**

Com a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro e dos municípios vizinhos a questão da disposição final dos resíduos sólidos urbanos torna-se um problema ainda mais sério. A década de 1970 foi um período de grandes transformações para o atual estado do Rio de Janeiro, momento marcado pela ditadura militar e pelo chamado 'Milagre Econômico' quando o Brasil cresceu

---

<sup>28</sup> Aterro do Caju só deixou de receber lixo em 1975 até essa data ele recebia 17% do lixo produzido na cidade. Atualmente, a área que corresponde ao antigo aterro está ocupada com casas e empresas.

economicamente e realizou inúmeras construções e transformações, dentre as quais a fusão do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, em 1974<sup>29</sup>. Nessa união o município do Rio de Janeiro tornou-se a capital do Estado e isso provocou diversas transformações políticas, administrativas e problemas econômicos para o município de Niterói que ocupava o cargo de capital do Estado do Rio de Janeiro, até esse momento. Levando em consideração o período político que vivíamos, essas mudanças foram realizadas sem nenhuma consulta popular fazendo com que até os dias atuais existam pessoas e movimentos que lutam pela volta do Estado da Guanabara.

Outro importante acontecimento do período foi a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)<sup>30</sup>, em 1974, composta pelos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Magé, Marica, Itaboraí, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Petrópolis, Itaguaí, Mangaratiba e Paracambi. A criação das regiões metropolitanas em todo o Brasil inaugurou uma nova forma de administração dos serviços comuns aos municípios metropolitanos.

A mesma lei complementar que instituiu as Regiões Metropolitanas determinou que os serviços comuns de interesse metropolitano devessem ser prestados por uma empresa de âmbito metropolitano, que no caso do Rio de Janeiro era a FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana). Entre os serviços comuns estava: o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; o uso do solo metropolitano; saneamento básico; transporte e sistema viário; produção e distribuição de gás combustível canalizado; aproveitamento de recursos hídricos e o controle da poluição ambiental. Entre esses serviços também estava a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, portanto qualquer atividade relacionada ao sistema de disposição final dos resíduos sólidos urbanos deveria estar subordinada ao órgão metropolitano (Alencar, 2002, p.55).

Os primeiros anos de atuação da FUNDREM foram marcados por grandes investimentos e execução de serviços, no período de 1975 até 1978 houve grandes repasses financeiros do Governo Federal que tinha como objetivo viabilizar a fusão e a integração dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e instituir a RMRJ. Entre os principais projetos desenvolvidos

---

<sup>29</sup> Lei Complementar Federal nº20, de 1 de Julho de 1974.

<sup>30</sup> Diferente das outras Regiões Metropolitanas que foram criadas pela Lei Complementar Federal nº 14 de 1973, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada em 1974 pela Lei Complementar nº 20, de 1º de Julho de 1974 (Alencar, 2002, p. 55).

nesse período e o que nos interessa particularmente está o Plano de Resíduos Sólidos.

A existência de uma metropolização no Estado do Rio de Janeiro era inegável, os municípios que compunham a Região Metropolitana estavam conurbados. A região metropolitana concentrava 86% da população do Estado do Rio de Janeiro com um total de mais de 9 mil habitantes e 97% de área urbanizada, essa região era muito suscetível a problemas característicos de grandes aglomerações entre esses o destino final de resíduos sólidos urbanos. O município do Rio de Janeiro era o núcleo, econômico, político e cultural concentrando 60% da população da RMRJ e o maior produtor de resíduos sólidos urbanos (FUNDREM,1977).

Em estudo realizado pela FUNDREM (1977) ficou comprovado que em todos os municípios da RMRJ, exceto o Rio de Janeiro, possuíam grande diferença entre o que era coletado e o que era produzido pela população, os resíduos produzidos e não coletados acabavam sendo despejados em terrenos baldios, encostas e rios causando graves problemas de contaminação das águas, do ar e do solo. Além dos problemas de coleta esses municípios também não tinham local adequado para a disposição final.

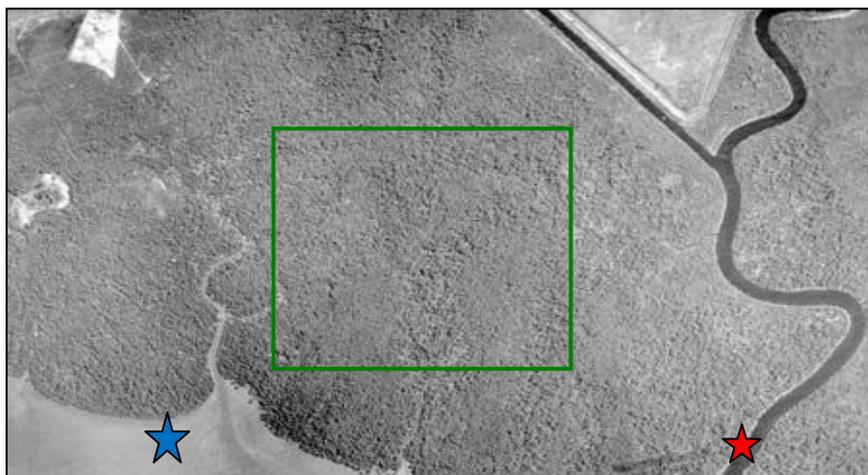
Diante de tal quadro, a FUNDREM optou pela criação de estações de transferência e por aterros sanitários como método de disposição final dos resíduos sólidos para a RMRJ. Este sistema que entrou em funcionamento em 1978 e foi denominado Sistema Metropolitano Integrado de Destinação Final, funcionou sob forma de consórcio entre os municípios. A partir desse momento até os dias de hoje as políticas voltadas para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos sempre busca o consórcio entre os municípios.

Seguindo a lógica segregacionista de distanciamento dos resíduos das áreas nobres e a proximidade das áreas periféricas, os resíduos urbanos da cidade do Rio de Janeiro passaram a ser depositados em outro município, essa dinâmica começa na década de 1970 e perpetuará até os dias de hoje. Sob a alegação da falta de espaço e da inviabilidade de construção de aterros em cada município a destinação final passa a ser feita em consórcio, isso levou e ainda leva muitos problemas para os municípios que recebem os aterros porque são eles que sofreram todo o ônus desse equipamento.

Em 1978, após acordos entre a FUNDREM e a Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) foi criado o Aterro Sanitário Metropolitano de Gramacho, no município de Duque de Caxias na RMRJ (ver imagem1, p.71). Sua criação foi a partir do consórcio entre os municípios do Rio de Janeiro,

Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Nova Iguaçu. O Aterro foi construído no bairro de Jardim Gramacho localizado no Km 5 da Rodovia Washington Luiz e ocupou uma extensa área de manguezal no final da Rua Monte Castelo, principal via de acesso ao bairro. Os critérios utilizados para a escolha dessa área estavam relacionados à equidistância entre o local e os municípios envolvidos no consórcio e a disponibilidade de terras públicas utilizáveis para tal destinação. Assim, a área escolhida está localizada a noroeste da Baía de Guanabara com mais de dois milhões de metros quadrados, uma região ocupada por vegetação de manguezal e ao lado dos estuários dos rios Iguaçu e Sarapuí como nos mostra a imagem abaixo, o terreno pertencia à União e foi doado a Comlurb que ficou responsável pela construção e operacionalização do aterro.

Foto 9 - Área de manguezal ocupada pelo Aterro Sanitário Metropolitano de Gramacho, 1970.



Fonte: Web-resol ( [www.resol.com.br](http://www.resol.com.br) )

Legenda:

- Área onde foi instalado o Aterro Sanitário Metropolitano de Gramacho.
- ★ Baía de Guanabara
- ★ Estuário dos rios Iguaçu e Sarapuí.

O município do Rio de Janeiro foi o principal interessado e beneficiado com a construção desse equipamento, além de ser o município que mais gerava resíduos estava sem vazadouro após a interdição do Aterro das Missões. O projeto inicial elaborado entre os técnicos da FUNDREM e a Comlurb era para a criação de um aterro sanitário, o que seria o primeiro Aterro Sanitário Metropolitano do Brasil. A implantação de um vazadouro nos moldes técnicos de um aterro sanitário representaria, acreditava os responsáveis, uma ação

concreta para a despoluição da Baía de Guanabara que acabava sendo o vazadouro natural dos resíduos de vários municípios. O aterro começou a funcionar cumprindo as normas técnicas de um aterro sanitário, o lixo era depositado em células, disposto em camadas e coberto por argila que era transportada de outras regiões. A projeção era que o aterro receberia aproximadamente 3.000 toneladas de lixo por dia durante 20 anos, sua vida útil terminaria em 2002 com um talude de massa de resíduos de aproximadamente 30 metros (Gomes, 1996). Essa projeção foi completamente equivocada, pois não levou em consideração o aumento de resíduos produzido pela população e, conseqüentemente, maior pressão sobre o aterro e o bairro.

O início das atividades do aterro coincidiu com problemas políticos e econômicos que atrapalharam o projeto inicial de construção de um aterro sanitário. O final da década de 1970 e a década de 1980 foram marcados por grave crise econômica no Brasil e pela abertura política do regime militar que o Brasil vivia desde 1964. Esses acontecimentos dificultaram o repasse de verbas da FUNDREM e a falta de pagamento para o uso do aterro por parte das prefeituras envolvidas. Diante desse quadro, a Comlurb passou a prestar serviços de baixa qualidade por falta de recursos e o projeto inicial foi sendo abandonado até que o aterro transformou-se em um grande lixão (foto 10). Esse território passou a ser conhecido popularmente como “Lixão de Caxias” e oficialmente teve seu nome transferido para Aterro Metropolitano de Gramacho. Desde o início das operações era grande o número de catadores atuando no aterro.

Foto 10 – “Lixão de Caxias” década de 1980.



Fonte: Web-resol ( [www.resol.com.br](http://www.resol.com.br) )

Na ocasião de implantação do aterro a região era esparsamente ocupada por populações de baixa renda e por algumas pequenas e médias indústrias. A principal via de acesso ao bairro não era pavimentada e seu acesso era dificultado durante as chuvas. Essa realidade muda com a abertura do aterro e a pavimentação da Rua Monte Castelo, a região foi intensamente ocupada por estabelecimentos comerciais e industriais que atuam no ramo da reciclagem e por casebres construídos para a moradia dos catadores.

Já na primeira década de funcionamento o recebimento diário de lixo aumentou de 3.000 para 5.000 toneladas, esse material era depositado diretamente no solo formando grandes montanhas de lixo que não eram cobertas, o solo não era monitorado e não havia captação do chorume e nem queima do gás metano, não havia nenhuma fiscalização dos caminhões e do tipo de material depositado, como pode ser na foto 10. Além de nenhuma operação técnica o acesso ao aterro era livre a qualquer pessoa, crianças e animais entravam e saíam livremente. Essa situação foi registrada pelo artista Marcos Prado que fez um ensaio fotográfico no aterro em 1996.

Foto 11 – Montanhas de lixo no “Lixão de Caxias”, 1996.



Fonte: Marcos Prado, 1996

Foto 12 – Crianças brincando dentro do “Lixão de Caxias”, 1996.



Fonte: Marcos Prado, 1996

O aumento do volume de lixo foi acompanhado do aumento do número de catadores, que trabalhavam no aterro desde sua abertura<sup>31</sup>. Essa situação de

<sup>31</sup> A Comlurb tentou impedir a catação no novo aterro inserido nas “ Normas Metropolitanas de Destino Final de Resíduos Sólidos”, de 11 de Novembro de 1978 a proibição da instalação de comércio de sucatas na faixa de um quilometro em torno da área do aterro. Essa determinação nunca foi cumprida e nem fiscalização pela prefeitura de Duque de Caxias que teria essa atribuição.

completo descaso ambiental perdurou no bairro até a década de 1990 quando a cidade do Rio de Janeiro foi tomada por uma onda de conscientização ambiental por causa de um encontro sobre meio ambiente, a ECO 92. Em virtude do evento e do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara a Comlurb passa a ser pressionada para resolver as irregularidades no Aterro Metropolitano de Gramacho. Diante da inviabilidade de encerramento desse aterro a Comlurb optou por sua recuperação, transformando-o em um aterro controlado.

Para a realização das obras necessárias foi aberta uma licitação e escolhida uma empresa privada que ficou responsável pelo processo de remediação concluído em 1996. Após sua recuperação o aterro passou a ser chamado de Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG). Desde esse momento, o aterro passou a ser operacionalizado por empresas privadas sob a supervisão da Comlurb, entre 1996 até o período atual, já foram responsáveis pela operacionalização do aterro a empresa Queiroz Galvão S.A. (1996-2001), a S.A. Paulista (2001-2006), a CAENGE Ambiental (2006-2008) e a Novo Gramacho Energia Ambiental S.A. (a partir de 2008) esta empresa que monitorará o aterro após o encerramento (IETS, 2011).

Nessa nova fase de funcionamento houve uma grande reorganização e reestruturação do aterro, com modificações que foram impostas de 'fora' para 'dentro' não levando em consideração as necessidades dos catadores que já atuavam intensamente nesse espaço. Dividimos esse processo de mudança em três fases: as mudanças técnicas para transformar o lixão em aterro controlado, melhorias das condições socioambientais do entorno e organização do trabalho de catação. As transformações técnicas promovidas foram: criação de um sistema de drenagem para águas pluviais e chorume<sup>32</sup>; captação e queima do biogás; implantação de uma cortina de argila orgânica impermeável no entorno do aterro; área separada para resíduos de saúde e a instalação de manta protetora para essa área e o sistema de monitoramento do solo.

Para a melhoria das condições socioambientais do entorno foi realizado um trabalho de recuperação do manguezal, a construção de um Centro de Educação Ambiental, construção de uma escola e de um novo prédio para o posto de saúde do bairro. Em relação aos catadores foram realizadas mudanças com o objetivo de organizar a presença deles naquele espaço e impedir a entrada de crianças. Para ajudar nesse processo foi contratada uma assistente social que foi sendo recontratada por todas as empresas administradoras do

---

<sup>32</sup> É um resíduo líquido formado a partir da decomposição dos resíduos sólidos urbanos.

aterro, ela atua junto aos catadores até hoje. Ela conseguiu realizar um grande trabalho junto aos catadores e é chamada carinhosamente por alguns de “Mãezona”. Os catadores e sucateiros ( chamados de depósitos) foram cadastrados, foram realizadas campanhas para conscientizar os catadores para a importância do uso de EPI ( Equipamento de Proteção Individual) e foi criado um centro de triagem e uma cooperativa de catadores – a COOPERGRAMACHO, a primeira cooperativa da região. Nesse momento, a aterro contava com 960 catadores cadastrados.

Nos anos seguintes a recuperação do aterro, o número de catadores e de atividades que se desenvolvem no entorno do aterro só cresceram, tornando muito complexas as relações de apropriação e dominação que se desenvolvem nesse território. O AMJG tornou-se um espaço altamente dinâmico e conflituoso que movimenta mais de 1 milhão por mês na comercialização de recicláveis. Esse território é um grande divisor na história da cidade, primeiro por ser o primeiro a ser criado fora dos limites administrativos da cidade e segundo porque seu tamanho e volume de materiais trouxe a tona várias questões relacionadas ao meio ambiente e a injustiça social. Essas questões serão analisadas no terceiro capítulo.

Podemos constatar que a criação dos territórios de lixo sempre seguiu o contorno de crescimento da cidade, situando-se além das áreas de maior interesse fundiário e imobiliário, mas nem por isso provocou menos problemas, pois eram áreas já densamente ocupadas pela população proletária. A localização dos vazadouros oficiais de resíduos e a própria limpeza urbana da cidade demonstraram que a cidade é um espaço socialmente fragmentado como nos esclarece Ribeiro (2001,p.46)

O solo urbano traduz, portanto, a existência de uma luta social por usos diferenciados, que ganha contornos ainda mais claros quando se considera que, por ser também solo terra de habitação, os mecanismos econômicos e jurídicos que geram remoção, localização diferencial e controle implicam segregação social e espacial de amplos segmentos da população.

Nessa dinâmica diferenciada de apropriação do espaço podemos classificar o espaço urbano carioca de acordo com a proposta de Santos e Silveira (2010) sobre os espaços opacos e os espaços luminosos. As áreas que receberam os vazadouros de lixo, em cada período já apresentado, são espaços opacos, por apresentarem poucos atrativos para a indústria imobiliária, baixa densidade técnica ou informacional. Já os espaços luminosos seriam aqueles de atratividade do capital com amenidades físicas ou paisagísticas, servidos de equipamentos urbanos e densidade informacional. Um tipo de serviço como a

disposição final de resíduos sólidos urbanos jamais se localizaria nos espaços luminosos, pois representaria uma perda de renda para os capitalistas.

Devemos chamar a atenção que não acreditamos que o espaço urbano seja dividido de uma forma simples e homogênea entre espaços opacos e luminosos. Teremos 'espaços opacos' dentro de áreas consideradas 'luminosas' e vice-versa. Só que a natureza de nosso objeto de investigação, que são os vazadouros de resíduos, requer isolamento e distanciamento por causar danos à saúde humana e por ser uma atividade indesejável. Então, os locais utilizados como vazadouros, sempre foram áreas de pouco interesse ao capital imobiliário e com população de baixa renda que tem seu poder de reivindicação limitado configurando um claro processo injustiça social.

Essa diferenciação espacial aqui representada pelos espaços opacos e luminosos sofre uma alternância temporal de acordo com o processo de expansão e valorização espacial. Ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro espaços opacos tornaram-se luminosos forçando uma reorganização dos serviços urbanos e tornando a 'busca' por espaços para receberem resíduos mais difíceis.

Esses espaços 'opacos' que abrigaram os vazadouros durante tantos anos não passaram por nenhum processo de remediação, o passivo ambiental deixado é enorme. Os territórios do lixo tiveram em comum a proximidade com a Baía de Guanabara e com áreas de manguezal (ver imagem 1, p. 71). As escolhas dessas áreas estavam vinculadas a valores da época. A proximidade da Baía de Guanabara estava relacionada a ideia de que o mar, pela movimentação de suas águas levaria a sujeira para longe e seu cheiro afastaria os maus odores dos resíduos. Já os manguezais eram classificados como feio, mal cheiroso e de nenhum valor econômico do ponto de vista imobiliário, por isso buscou-se aterrar-los inclusive com lixo para incorporar novas áreas a cidade. O aterramento de mangues e brejos foi muito comum para a incorporação de novas áreas, principalmente na área central do Rio de Janeiro.

Atualmente, a Baía de Guanabara encontra-se muito poluída, pois recebe esgoto *in natura* de milhares de residências da RMRJ e também metais pesados despejados por indústrias que se localizam próximo as suas margens. O lixo, o esgoto, os metais pesados causaram o assoreamento, a contaminação e morte de vários ecossistemas que compunham a Baía de Guanabara. Existe um projeto de despoluição da Baía de Guanabara<sup>33</sup> que caminha a passos lentos e

---

<sup>33</sup> Esse projeto é conhecido como PDBG (Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara) e foi lançado durante a Rio 92. As obras começaram em 1995 e contou com vários financiamentos

até o momento só conseguiu inaugurar algumas estações de tratamento de esgoto e o mangue tornou-se um ecossistema protegido como área de proteção permanente, com sua importância reconhecida para a reprodução da vida marinha. Porém, nada mudou em termos de priorização dos interesses econômicos.

Imagem 1 \_ Localização dos territórios do lixo em relação à Baía de Guanabara.



Fonte: Google Earth, acessado em 04/07/2011.

**Legenda:**

- Ilha de Sapucaia – Território do lixo de 1865 até 1940.
- Aterro do Caju – Território do lixo de 1940 até 1970.
- Aterro das Missões – Território do lixo de 1970 até 1978.
- Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho de 1978 até os dias atuais.
- ★ Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim.

estrangeiros. Existem muitas críticas ao projeto porque até o ano de 2012 apenas algumas obras foram concluídas e milhares de dólares já foram gastos.